

O PAPEL VITAL DO TREINAMENTO CONTÍNUO DE POLICIAIS MILITARES NA PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO CONTRA ATIVIDADES DE AGRESSORES ATIVOS EM AMBIENTES ESCOLARES

Rodrigo Vantroba¹

RESUMO: O aumento das ameaças de agressores ativos, especialmente em ambientes escolares, tem gerado reflexões profundas e exigidas respostas imediatas por parte das forças de segurança pública, profissionais da educação e da população em geral. Ataques em massa e massacres, crimes que são mais comuns nos Estados Unidos e antes raros no Brasil, agora ocupam com frequência significativa os noticiários nacionais. De acordo com dados recentes do Instituto Sou da Paz (2023), nos últimos 20 anos, o Brasil registrou 25 ataques violentos em ambientes escolares, sendo mais da metade desses incidentes ocorridos nos últimos 5 anos (2019-2023). Notavelmente, dois dos três ataques que resultaram no maior número de vítimas aconteceram no período de 2019 a 2022. Em um total de 25 ataques, 139 vidas foram perdidas e 93 pessoas sofreram ferimentos não fatais. Além disso, 12 dos 24 ataques envolveram o uso de armas de fogo, muitas vezes provenientes do ambiente residencial, sendo adquiridos por agressores de seus próprios pais ou familiares. Diante desse problema alarmante, a sociedade clama por uma resposta do Estado, envolvendo a implementação de políticas públicas efetivas, além de medidas direcionadas à capacitação das forças de segurança, orientações ao corpo acadêmico e à população em geral, bem como uma reflexão sobre a responsabilidade da mídia na cobertura desses eventos. Embora cada entidade envolvida tenha missões específicas, suas atitudes tornam-se fundamentais na defesa de vidas inocentes e na construção de ambientes mais seguros.

436

Palavras-Chave: Agressores ativos. Ataques em escolas. Forças de segurança.

ABSTRACT: The increase in threats from active aggressors, especially in school environments, has generated profound reflections and pertinent immediate responses from public security forces, education professionals and the general population. Mass attacks and massacres, crimes that are more common in the United States and previously rare in Brazil, now occupy the national news with significant frequency. According to recent data from Instituto Sou da Paz (2023), in the last 20 years, Brazil has recorded 25 violent attacks in school environments, with more than half of these incidents occurring in the last 5 years (2019-2023). Notably, two of the three attacks that resulted in the highest number of casualties took place in the period 2019 to 2022. In a total of 25 attacks, 139 lives were lost and 93 people suffered non-fatal injuries. Furthermore, 12 of the 24 attacks involved the use of firearms, often from residential environments and acquired by attackers from their own parents or family members. Faced with this alarming problem, society calls for a response from the State, involving the implementation of effective public policies, in addition to measures aimed at training security forces, guidance for academic staff and the population in general, as well as a reflection on responsibility of the media in covering these events. Although each entity involved has specific missions, their attitudes become fundamental in defending innocent lives and building safer environments.

Keywords: Active aggressors. Attacks on schools. Security forces.

¹Bacharel em Administração pela UEPG; especialização em Gestão de Segurança Pública pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL e em Cenários Contemporâneos da Segurança Pública pela Sociedade Educacional Leonardo Da Vinci - UNIASSELVI.

1 INTRODUÇÃO

Os ataques nas escolas são eventos trágicos e perturbadores que envolvem violência deliberada em ambientes educacionais. Esses incidentes podem variar em gravidade, desde confrontos isolados até episódios mais graves, como tiroteios em massa. É importante notar que esses eventos são relativamente raros, mas têm um impacto significativo na segurança escolar e na sociedade como um todo. Nos últimos anos, notícias de ataques especialmente em ambientes de ensino deixaram de ser casos isolados nos Estados Unidos da América e se tornaram mais comuns em diversos países. Gerando pânico e medo em larga escala, esses ataques impactam a sociedade de diferentes maneiras, seja no ambiente físico, psicológico ou social. Segundo Briggs e Kennedy (2016) ataques em ambientes escolares violam o tecido social das escolas e colocam em xeque as políticas públicas governamentais. Muitas das ações dos agressores são rápidas e não podem ser prevista e acontecem em ambientes que as vítimas se sentem seguras, como escolas, igrejas, shoppings e espaços públicos.

A sensibilização sobre este problema e os seus impactos reais e potenciais, bem como a exploração de políticas públicas e outras iniciativas para fortalecer os esforços atuais nesta área, é uma tarefa fundamental das autoridades nacionais e locais, e a responsabilidade em casos da ocorrência desse incidente vão além das atribuídas apenas as forças de segurança pública. Desta maneira, este trabalho procurou fazer um levantamento histórico dos principais ataques ocorridos no Brasil, bem como levantar características comuns nos autores, além de identificar os papéis dos principais envolvidos na temática (Estado, forças de segurança, corpo acadêmico educacional, população em geral, mídia) e as ações em prática para fazer frente a esses crimes bárbaros e enfatizar aspectos da importância da capacitação continuada dos policiais militares e como seus conhecimentos podem ser difundindo entre o corpo docente.

437

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Por vários anos, os autores dos ataques em ambientes com grande com grande concentração de pessoas era designado como atirador ativo. Recentemente, frente as mais variadas formas de ataques que os agressores utilizam para cometer seus crimes, especialistas na área de segurança defenderam a mudança na terminologia de atirador ativo para agressor ativo. A justificativa se baseia que atirador ativo qualificava apenas autores que utilizavam armas de fogo em seus ataques, já o termo agressores ativos passa a ser mais

abrangente e descreve qualquer situação que um indivíduo atue de maneira agressiva com a intenção de causar danos a outras pessoas independentemente dos objetos (Faca, machado, veículo, arma de fogo) e suas táticas utilizados.

Segundo o U.S. Department of Homeland Security (Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos) (2008) agressor ativo é “alguém que toma a iniciativa de matar ou tentar matar pessoas em um ambiente delimitado e populoso; na maioria dos casos, os atiradores ativos usam armas de fogo sem nenhum padrão ou método definido para seleção das suas vítimas.”. Já o FBI (Federal Bureau of Investigation, a polícia federal americana) (2015), define agressor ativo como “um indivíduo altamente empenhado em matar ou tentar matar pessoas em uma área populosa sendo que sua ação é marcada pela rapidez, aleatoriedade na escolha das vítimas.

O agressor ativo é um causador do evento crítico (CEC). Segundo Silva (SILVA, 2016, p. 67), o agressor ativo é todo o indivíduo que dá causa a uma crise independente de suas motivações ou fatores que desencadearam tal situação. O atirador ativo e o agressor ativo são exemplos de um causador de evento crítico. Embora na maioria das vezes o agressor ativo cometa suicídio após alcançar seu objetivo, alguns autores procuram ser mortos pela polícia ou em confronto com forças policiais (suicide by cope) para buscar maior notoriedade em sua ação. A crise policial instaurada pelo CEC é uma ocorrência diferenciada, de risco extremado e que excede a capacidade de atendimento dos grupos policiais regulares, evocando a necessidade imperiosa de grupos especialmente treinados para seu gerenciamento (SILVA, 2016, p. 63). O *Federal Bureau of Investigation* (FBI) define crise como “um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável” (MONTEIRO et al., 2008, p. 9). Uma crise com agressor ativo é uma situação onde um ou mais indivíduos procuram produzir o maior número de mortes possível em uma área com grande concentração de pessoas. (Blair, Nichols, Burns, & Curnutt, 2013). A crise é uma tipologia que se caracteriza pela sua rapidez de ação e por um desfecho que, muitas vezes, se materializa no suicídio do agente agressor, (Lankford 2012).

Casos de ataques violentos em ambientes escolares têm ocorrido com mais frequência e ocupado cada vez mais espaço no debate público, fazendo com que muitas pessoas reflitam sobre o que precisa ser feito para que eles não se repitam. Ocorrências de agressores ativos em locais de grande concentração de pessoas, principalmente em escolas, gênero de crime comum nos Estados Unidos vem acontecendo com certa frequência no

Brasil. Segundo dados do Instituto Sou da Paz, nos últimos 20 anos, ocorreram 25 ataques violentos em ambientes escolares do Brasil, sendo que mais da metade aconteceram nos últimos 5 anos (2019-2023). Segundo o Instituto, esses ataques fizeram 139 vítimas fatais e 92 não fatais. Além disso, 12 dos 24 ataques foram realizados com armas de fogo que o agressor pegou de seus pais ou parentes que moram no mesmo ambiente residencial. De acordo com estudo feito por pesquisadores (TOWERS et al., 2015) da Universidade Estadual do Arizona (ASU), eventos como tiroteios e assassinatos em massa podem exercer um efeito contagioso e desencadear acontecimentos semelhantes em indivíduos que se identificam com a motivação dos autores desses crimes, especialmente pela notoriedade conferida pela mídia na cobertura desses eventos.

Blair e Schweit (2014), através de uma análise a incidentes de atirador ativo ocorridos nos EUA entre os anos de 2000 a 2013, concluíram que 56,3% (90 em 160) dos ataques terminaram antes da polícia chegar ao local; que em 44 casos (69,8%) a ação terminou em 5 minutos ou menos. Além disso, o resultado revelou que nesse período analisado, os policiais foram mortos ou feridos em 46,7% dos confrontos com os agressores.

Devido a rapidez de como um ataque ocorre e procurando minimizar seus efeitos, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (2013), procurou divulgar a através de campanhas de esclarecimento e orientação através de cartazes e vídeos, divulgados em várias línguas, inclusive português, orientações a população em geral sobre o perfil e características de um agressor ativo e como proceder durante um ataque. Para facilitar o entendimento e aprendizado, as ações foram divididas em três situações: “run, hide or fight” (fugir, esconder ou lutar). Apesar de apresentar variações de acordo com cada país, esse lema é o que sintetiza os procedimentos a serem adotados em caso de ataque e também é divulgado pela Polícia Militar do Paraná (PMPR): **Corra (run):** Saia do ponto onde a crise está instalada. Ter conhecimento de possíveis rotas de saída ajudam a obter êxito na fuga; na impossibilidade de sair do ambiente, afasta-se o máximo possível do agressor e esconda-se. **Esconda-se (hide):** Se não conseguir fugir do local, tenha em mente um ambiente onde possa servir de abrigo e evitar o ataque do agressor; trancar as portas e criar barricadas podem ser úteis para dificultar a ação do agressor. **Lute (fight):** Apesar de não recomendado, somente confronte o autor se for extremamente necessários e estiver na eminência de ser atacado; ataque-o com os meios que estiverem disponíveis; lute pela sua vida e demais pessoas que estão no mesmo ambiente;

PRINCIPAIS CASOS DE ATAQUES JÁ REGISTRADOS

Em uma breve contextualização, os tiroteios em escolas (*school shootings*) é um fenômeno que se originou com base nos assassinatos em massa (*mass shootings*) ocorridos nos EUA. Esses ataques eram cometidos em locais públicos, seja de maneira individual ou coletiva, que utilizam armas de fogo para vitimar o maior número possível de pessoas. (BERK, s,d)

Passamos agora a apresentar os principais ataques que ocorreram no Brasil e o principal que aconteceu no EUA, o qual estabeleceu novas diretrizes policiais para o atendimento deste tipo de ocorrência. Resumiremos esses principais casos de ataques de agressores ativos realizados em ambientes de ensino sem muitos aprofundamentos e sem citar os autores, para que assim não seja gerada a notoriedade tão buscada por estes.

Columbine – Colorado – Estados Unidos (1999): Dois estudantes invadiram a Columbine High School e começaram aquele que foi um dos primeiros massacres em escola a chocar o mundo. Os adolescentes entraram no colégio com armas de fogo e bombas caseiras, com a ideia inicial de explodi-las na área da cafeteria e atirar nos alunos e funcionários que saíssem correndo, mas o plano falhou quando as bombas não detonaram. Então os adolescentes começaram atirar aleatoriamente nas pessoas que viam pelo caminho até o momento da chegada da polícia, quando cometeram suicídio. O ataque resultou em 13 pessoas mortas e 21 feridas diretamente pela ação dos adolescentes, outras se feriram durante a fuga do colégio. As investigações da polícia concluíram que o crime foi estimulado pelo desejo de vingança. Os adolescentes eram impopulares e sofriam bullying.

É importante apresentar esse caso tanto pela sua notoriedade que ataque ainda tem como pelos procedimentos policiais que sucederam. Foi a partir deste episódio lamentável que a polícia norteamericana teve que rever seus protocolos de atendimentos, pois, apesar de os primeiros policiais designados para atender o chamado chegar rapidamente ao local, eles seguiram o protocolo existente na época que preconizava conter e isolar a crise até a chegada da equipe especializada (SWAT), responsável pelo adentramento do estabelecimento. Dois questionamentos surgiram: A demora em adentrar na escola e a unidade de comando da crise. Em relação a demora no adentramento se deu devido aos protocolos vigentes bem como a demora na equipe especializada chegar ao local. Talvez se os policiais comuns tivessem entrado imediatamente no prédio o ataque produzisse menos vítimas. Já em relação a unidade de comando ficou evidenciada a falta de coordenação e

padronização de comunicação e de procedimentos dos órgãos policiais e de emergência que foram designados para o local. Muitos órgãos deixaram de ser acionados ou foram insuficientes para dar atendimento ao evento crítico.

Realengo – Rio de Janeiro – Brasil (2011): um ex-aluno de 23 anos de idade, aproveitando que a Escola Municipal Tasso da Silveira estava recebendo ex-alunos para compartilhar suas experiências de vida fora do ambiente escolar, entrou na escola com 2 revólveres na mochila, solicitou um histórico escolar na secretaria e posteriormente invadiu duas salas de aula, sacou as armas de fogo e começou a disparar. Sua ação só teve um fim quando um dos alunos conseguiu escapar e acionar uma equipe da polícia militar que fazia uma blitz nas proximidades. Após ser interceptado e baleado pelo policial, o atirador ceifou sua vida com um tiro na cabeça. Esse ataque vitimou letalmente 12 crianças e deixou outras 12 feridas. Em uma carta deixada pelo autor e encontrada pela polícia, ele se queixava ter sido vítima de bullying na escola.

Medianeira – Paraná – Brasil (2018): 2 adolescentes de 15 anos, um armado com revólver e outro com bombas, entraram e atacaram alunos no Colégio Estadual João Manoel Mondrone. Dois alunos ficaram gravemente feridos na ação. Com a chegada da Polícia Militar, foram localizados trancados em uma das salas, sendo então apreendidos. Segundo a investigação policial, o adolescente sofria bullying e tinha 9 alvos, sendo encontrado em seu material escolar recortes com notícias de ataques em escolas dos Estados Unidos e do Brasil.

Suzano – São Paulo – Brasil (2019): um adolescente e um homem, ex-alunos da Escola Estadual Raul Brasil, invadiram o estabelecimento de ensino encapuzados e efetuaram diversos disparos de arma de fogo, mataram 7 pessoas (5 alunos e 2 funcionárias). Após o massacre, um dos atiradores mata o comparsa e comete suicídio em seguida. De acordo com as informações apuradas pela equipe de investigação, entre as motivações para o cometimento do atentado estavam o bullying, o isolamento social e o anseio de superar o massacre de Columbine em 1999, tanto pelo número de mortes como pela quantidade de armas utilizadas.

Aracruz – Espírito Santo – Brasil (2022): um adolescente e ex-aluno do Colégio Estadual Primo Bitti, utilizando duas armas de fogo de seu pai, invade o estabelecimento de ensino e desfere diversos disparos, vitimando 3 professoras. Em seguida, vai até um colégio particular próximo ao local e acaba matando outra aluna. O adolescente foi apreendido e as motivações para o cometimento dos atos infracionais não foram divulgadas.

Cambé – Paraná – Brasil (2023): um ex-aluno de 23 anos, invadiu o Colégio Estadual Professora Helena Kolody armado com um revólver e mata 2 adolescentes. O atirador acabou sendo contido por populares e preso, mas acabou sendo encontrado morto em uma das salas em que estava detido. No depoimento prestado pelo autor na delegacia, ele alegou que sofreu bullying quando era aluno e isso deixou traumas em sua vida. Uma outra pessoa também foi presa por ser considerada autor intelectual do ataque, pois juntamente com o atirador, foi responsável por planejar e arquitetar o ataque.

PERFIL DO AGRESSOR ATIVO

O perfil dos autores de ataques em escolas é variado e complexo, não sendo possível traçar um padrão único que se aplique a todos os casos. No entanto, alguns estudos e análises de casos passados podem fornecer insights sobre características ou padrões comuns observados em alguns perpetradores de ataques escolares. Vale ressaltar que esses padrões não são definitivos e não devem ser usados para estigmatizar ou generalizar grupos de pessoas. Apresentaremos algumas características e restrições que podem ser associadas a perfis específicos, mas devem ser interpretadas com cautela.

Apesar de motivações diversas no seu agir, é possível identificar algumas características comuns nos principais casos registrados no Brasil. Dos 25 ataques já registrados, o autor era do sexo masculino com idade média de 16 anos. Em 57% o agressor era aluno, em 36% ex-aluno e em apenas 7% o agressor não tinha qualquer relação com a instituição escolhida (Instituto sou da paz 2023). Vale destacar que em apenas 2 ataques (Aracruz – ES 2022 e Monte Mor – SP 2023) o agressor era aluno e não estava frequentando as aulas regulares. Segundo as investigações, nenhuma providência ativa de busca e identificação dos motivos do abandono escolar foi tomada pela instituição de ensino, o que pode ter contribuído significativamente para o isolamento e radicalização dos alunos. No caso em que o autor agiu sem ter relação prévia com a instituição escolhida são os 2 casos que envolveram ataques às creches, em que os autores escolheram esses estabelecimentos de maneira aleatória e pela vulnerabilidade na segurança e facilidade de acesso, como muros baixos.

Outro perfil de agressor ativo é o chamado *copycat*, (imitador), que procura “homenagear” com seu ataque outro agressor ativo, imitando assim a forma como foi cometido o ataque e visando atingir o mesmo perfil / grupo de pessoas.

PRINCIPAIS FATORES QUE DESENCADARAM OS ATAQUES

É importante registrar que em um primeiro momento, os autores dos ataques também foram vítimas por uma série de motivos, seja por conta dos agressores, seja pela falta de providência de quem poderia ajudar (como professores e autoridades), seja pela falta de repreensão as condutas de *bullying* e intolerância vivenciadas. Outro aspecto que interessa analisar nesta caracterização do problema são as causas, motivações e outros fatores que ajudam a responder às motivações para cometer ataques. Ao analisar os casos, nos deparamos com um fenômeno multicausal que se alimenta tanto pela dinâmica da violência que ocorre nas escolas (brigas, mal-entendidos, ameaças, *bullying*), quanto pelas características dos contextos em que se inserem. É no ambiente escolar que se reflete as múltiplas facetas de uma sociedade. Apesar se ser um espaço de aprendizagem, a escola é um ambiente de convívio e intereção social, dessa forma, ela é permeada pelos memos conflitos e dilemas enfrentados pela sociedade. Desse modo, é nesse ambiente onde pode-se encontrar os fatores de risco e vulnerabilidade das crianças e adolescentes

De acordo com estudo realizado em 2015 pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), aproximadamente de 30% das crianças e adolescentes em idade escolar na América Latina e Carine relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência no âmbito da escola, seja ela física ou verbal. Essa violência se manifesta em agressões, bem como ameaças, *bullying*, intimidação, assédio sexual, extorsão, discriminação, entre outros tipos. Ainda que seja subjetivo, alguns fatores podem ser facilmente identificados nos autores dos atos violentos.

Bullying: Palavra inglesa adotada por diversos países para designar comportamentos agressivos e antissociais repetitivos contra indivíduos que não são aceitos por um grupo, comumente ocorrem no ambiente escolar. O *bullying* é um fenômeno complexo que envolve comportamentos repetitivos e prejudiciais, geralmente caracterizados por um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima. De acordo com Olweus (1993), "O *bullying* escolar é quando estudantes menosprezam e intimidam seus colegas de forma sistemática". Segundo Fante (2005) o *bullying* é um tipo de violência que resulta sérios prejuízos não apenas ao ambiente escolar, mas como toda a sociedade. No ambiente escolar pode repercutir na queda de rendimento, déficit de concentração e aprendizagem, absentismo e evasão escolar. No processo de socialização, condutas abusivas e intimidadoras incidem na formação do caráter dos estudantes e refletirá em sua vida pessoal, profissional, social e familiar.

De acordo com a Lei 13.185/2015, que instituiu o programa de combate à intimidação sistemática (Bullying), o bullying é todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Essa intimidação pode-se manifestar de diferentes tipos: físico, social, verbal, moral, psicológico, material, sexual, virtual (cyberbullying).

Ser ridiculizado em um período que os mais jovens estão aprendendo a lidar com os sentimento e emoções pode ser marcante negativamente. A atitude que cada um toma frente ao episódio dependente de como a vítima interpreta a realidade, podendo superar o acontecido ou acabar despertando um desejo de vingança. Um estudo da Unicamp aponta que quando não há programas de acolhimento para jovens com problemas nos ambientes de ensino, muitos acabam sendo amparados pelos grupos extremistas e se voltam contra a escola despertando um sentimento de vingança onde ele se sentiu humilhado e excluído. Outras duas características principais semelhantes entre muitos agressores foram apontadas pela pesquisa: o sofrimento na escola, como ciúmes, ter sido castigado, ser alvo de bullying e o uso da subcultura extremista na internet, com articulação em comunidades, “chans”, fóruns on-line de incentivo à violência, à misoginia, a discursos de ódio, à homofobia, à discriminação racial, social, religiosa e de gênero.

444

Problemas psicológicos: Os estudantes podem enfrentar uma variedade de problemas psicológicos devido a diferentes fatores, incluindo pressões acadêmicas, sociais, familiares e pessoais. Estresse, ansiedade, isolamento social, distúrbios alimentares, problemas de sono, abuso de substância, problemas de autoestima, perturbações de humor sazonal, e transtorno de ajuste são alguns dos problemas psicológicos que os estudantes estão sujeitos. Os problemas mentais e/ou emocionais mais comuns identificados em alunos é o transtorno de ansiedade, depressão e transtorno de personalidade. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 86% dos brasileiros sofrem com algum transtorno mental, como ansiedade e depressão. Isso não significa, no entanto, que essas pessoas necessariamente são ou se tornarão violentas. Dessa maneira, não se pode responsabilizar os ataques violentos exclusivamente pelos distúrbios psíquicos, uma vez e em uma análise superficial, as pessoas que tem condição de sofrimento psíquico são, via de regra, vítimas da violência, e não as perpetradoras.

Sub cultura do ódio: A subcultura do ódio, que pode incluir atitudes discriminatórias, preconceituosas e intolerantes, pode ter impactos significativos em um aluno no ambiente escolar. Esses impactos podem ser emocionais, sociais e acadêmicos. Principalmente criado e fomentado em ambientes digitais, o discurso do ódio (ou *hate speech*), é todo o discurso que pregue a intolerância, o ódio e a discriminação a determinados grupos sociais ou minorias. A internet é um meio de comunicação e convívio social muitas vezes denominada como terra sem lei, e é neste ambiente pouco monitorado que os usuários mais novos acabam ficando expostos a inúmeras situações de violência. Muitos alunos acabam encontrando no ambiente virtual um refúgio para autoafirmação e oposição aos problemas enfrentados na escola. Para Ramos, “o discurso do ódio consiste na manifestação de valores discriminatórios, que ferem a igualdade, ou de incitamento à discriminação, violência ou a outros atos de violação de direitos de outrem. É o discurso da intolerância com potencial disseminador do ódio que motiva o ataque a pessoas ou grupos de pessoas, por ódio, intolerância, racismo, homofobia, misoginia, xenofobia ou outras formas de discriminação, ou para defender uma causa, difundir uma mensagem, ou pressionar autoridades a tomarem uma determinada atitude. Esses ataques podem ter motivos étnicos, políticos, religiosos ou contra determinados padrões de comportamento. Podem ou não estar ligados ao terrorismo, crime organizado ou fundamentalismo religioso ou político. O discurso do ódio possui alguns famosos propagadores, como os membros de grupos neonazistas, skinheads, a conhecida Ku Klux Klan, entre outros.

445

Conteúdo criminoso nas redes sociais e exposição de detalhes de massacres passados: A exposição detalhada de ataques realizados em ambientes escolares pode ter efeitos complexos e negativos, potencialmente contribuindo para o fenômeno conhecido como "contágio suicida" ou "contágio comportamental". Isso ocorre quando a cobertura detalhada de eventos trágicos, como ataques ou bullying, pode influenciar outras pessoas, especialmente estudantes, a replicarem esses comportamentos. Segundo a sociólogo Carolina Ricardo, como a nova forma de socialização dos jovens está ligada intimamente com as redes sociais e isso aumentou o contato com comunidades que propagam ideologias criminosas, os discursos violentos são intensificados quando atingem pessoas que sofrem bullying ou sentem-se excluídas. Além disso, é comum que crimes ocorridos no passado sejam referência para ataques futuros, sendo que informações detalhadas são facilmente achadas nos buscadores da internet.

O PAPEL DO ESTADO, DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E DEMAIS ÓRGÃOS FRENTE AOS ATAQUES EM ESCOLAS

O papel do Estado: O Estado desempenha um papel central na definição e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência em ambientes escolares. A promoção de ambientes educacionais, seguros e a prevenção de situações de violência requerem uma abordagem abrangente e coordenada por parte do governo federal, estadual e municipal. Para mitigar a violência no ambiente escolar, o Estado pode adotar uma série de ações abrangentes que incluam prevenção, intervenção e promoção de um ambiente educacional seguro. A implementação de programas de prevenção é fundamental para criar um ambiente escolar seguro e promover o bem-estar dos estudantes. Algumas estratégias e componentes que podem ser incorporados aos programas de prevenção da violência no ambiente escolar: 1. A Educação Socioemocional tem como objetivo introduzir programas de educação socioemocional que ajudem os alunos a desenvolver habilidades emocionais, sociais e interpessoais. Isso inclui a conscientização sobre emoções, empatia, comunicação eficaz e resolução de conflitos. 2 - O desenvolvimento de habilidades de resiliência é crucial para capacitar os estudantes a lidar com as adversidades, superar desafios e fortalecer seu bem-estar emocional

446

O papel das forças de segurança pública: O papel das forças policiais no enfrentamento da violência escolar é complexo e multifacetado. Embora as forças policiais não devam substituir o papel primário dos educadores e dos profissionais da saúde mental na promoção de um ambiente escolar seguro, elas desempenham um papel crucial em diversas áreas. A resposta a incidentes graves é uma das responsabilidades críticas das forças policiais no contexto do enfrentamento da violência escolar. Aqui estão algumas medidas que as forças policiais podem adotar ao responder a incidentes graves em ambientes escolares: 1. Avaliação da Situação: Ao chegar ao local, as forças policiais devem realizar uma avaliação imediata da situação. Isso envolve identificar a natureza do incidente, determinar a extensão do perigo e avaliar a segurança de alunos, funcionários e demais presentes. 2. Coordenação com Autoridades Escolares: A cooperação eficaz com autoridades escolares é um elemento crucial durante a resposta a incidentes graves por parte das forças policiais. A colaboração estreita entre as forças policiais e as autoridades escolares é essencial para garantir uma resposta coordenada e eficaz. A comunicação imediata entre as forças policiais e as autoridades escolares desempenha um papel crítico durante a resposta a incidentes graves em ambientes escolares. Uma comunicação eficaz é essencial para garantir uma

resposta coordenada, proteger a segurança dos alunos, funcionários e demais presentes, e facilitar a tomada de decisões. Alguns aspectos importantes da comunicação imediata são:

- 2.1 Estabelecimento de Canais de Comunicação: Definir previamente canais de comunicação específicos entre as forças policiais e as autoridades escolares. Isso pode incluir números de telefone diretos, e-mails ou outros meios de comunicação instantânea.
- 2.2. Pontos de Contato Designados: Designar pontos de contato específicos tanto nas forças policiais quanto nas autoridades escolares. Isso facilita uma comunicação direta e rápida, evitando atrasos na troca de informações.
3. Compartilhamento Rápido de Informações: Compartilhe informações sobre a natureza do incidente o mais rápido possível. Isso inclui detalhes sobre a localização, a natureza do perigo, o número de pessoas envolvidas e qualquer informação relevante que possa impactar a segurança.
4. Atualizações Constantes: Fornecer atualizações constantes à medida que a situação evolui. Manter as autoridades escolares informadas sobre o progresso das operações, as mudanças nas condições da situação e quaisquer decisões tomadas pelas forças policiais.
5. Coleta de Informações da Escola: Coletar informações a respeito da localização da escola bem como seus pontos de acesso principal e secundário.

O comportamento das forças policiais em resposta a um ataque em ambiente escolar deve ser cuidadosamente planejado e executado, visando a proteção da vida e a minimização do impacto do incidente. A resposta imediata das forças policiais a um ataque ao ambiente escolar é uma fase crítica para mitigar danos e proteger vidas. A chamada de emergência é o primeiro passo crítico na resposta policial a um incidente em ambiente escolar. Uma comunicação rápida e eficaz pode influenciar significativamente a rapidez da resposta e o sucesso na gestão da situação.

Um ataque em um ambiente de ensino, devido à sua grande concentração de pessoas e conseqüentemente alto número de possíveis vítimas, necessita de um atendimento rápido, direto e eficaz por parte dos primeiros interventores buscando identificar e neutralizar a ação e preservar vidas e evitar mais mortes. A prioridade das forças de segurança em uma situação de Atirador Ativo, é LOCALIZAR e NEUTRALIZAR o elemento. A rapidez da polícia em chegar e adentrar ao ambiente onde está ocorrendo o ataque e localizar o Atirador Ativo é essencial. Desde o ataque em Columbine, quando a demora da SWAT em chegar e entrar na escola e neutralizar os dois atiradores custou a vida de muitos estudantes, isso ficou bem evidente. A primeira resposta geralmente é dada pelos primeiros policiais que chegarem ao local, e normalmente são patrulheiros comuns, sem equipamento ou treinamento tático especializado. Posteriormente a ocorrência do ataque, a

divulgação das informações deve ser centralizada e somente divulgada após ser checada e analisada pelo responsável pelo Comando da Operação. Informações erradas sobre o Atirador Ativo, sobre as vítimas, mortos, feridos ou sobreviventes, podem gerar desgaste e estresse desnecessários.

O papel dos profissionais da educação: Os profissionais da educação desempenham um papel fundamental no enfrentamento da violência e dos ataques nos ambientes de ensino. Suas responsabilidades incluem não apenas a transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também a promoção de um ambiente seguro, inclusivo e propício ao aprendizado. Aqui estão alguns aspectos do papel desses profissionais nesse contexto: 1. **Prevenção e Educação:** Desenvolver e implementar programas educacionais que abordem questões relacionadas à violência, bullying, respeito mútuo e resolução de conflitos. A prevenção começa com a educação e a promoção de uma cultura de respeito. 2. **Identificação de Sinais de Alerta:** Fique atento aos sinais de alerta que possam indicar a possibilidade de violência iminente. Isso inclui mudanças no comportamento dos alunos, expressões verbais ou escritas preocupantes e outros indicadores que possam exigir intervenção. 3. **Desenvolvimento de Relacionamentos Positivos:** Construir relacionamentos positivos com os alunos, promovendo um ambiente onde se sintam à vontade para expressar preocupações e buscar apoio. Um ambiente escolar baseado em confiança facilita a identificação precoce de problemas. 4. **Implementação de Políticas de Segurança:** Colaborar com outros profissionais e autoridades para implementar e fortalecer políticas de segurança na escola. Isso pode envolver treinamento para situações de emergência, atualização regular dos protocolos de segurança e promoção de práticas seguras. 5. **Intervenção em Situações de Conflito:** Intervir de maneira a abordar situações de conflito entre alunos, promovendo a resolução de conflitos e a mediação quando necessário. Prevenir a escalada de conflitos é crucial para evitar situações mais graves. 6. **Colaboração com Profissionais de Saúde Mental:** Trabalhar em estreita colaboração com profissionais de saúde mental para identificar e apoiar alunos que possam enfrentar desafios emocionais ou comportamentais. A saúde mental dos alunos desempenha um papel crítico na prevenção da violência. 7. **Comunicação Eficaz com os Pais:** Manter uma comunicação eficaz com os pais, informando sobre o ambiente escolar, eventos importantes e quaisquer preocupações que possam surgir. O envolvimento dos pais é crucial para criar uma rede de apoio. 8. **Treinamento em Primeiros Socorros Psicológicos:** Receber treinamento em primeiros socorros psicológicos para oferecer apoio imediato aos alunos após eventos traumáticos. Esse treinamento é perigoso

para ajudar na recuperação emocional da comunidade escolar. 8. Participação em Atividades de Promoção da Paz: Envolver-se em atividades que promovam a paz, o respeito e a compreensão mútua. Isso pode incluir programas de conscientização, atividades artísticas e iniciativas que promovam um clima escolar positivo. 9. Acesso a Recursos de Apoio: Garantir que os alunos tenham acesso a recursos de apoio, como conselheiros escolares, psicólogos e outros profissionais que possam ajudar a lidar com desafios emocionais e sociais. 10. Integração com Autoridades Locais: Integrar-se com autoridades locais, como a polícia e serviços de segurança, para fortalecer a segurança na área escolar e promover uma resposta coordenada em situações de emergência.

O papel dos profissionais de educação no enfrentamento da violência e dos ataques em ambientes de ensino é multifacetado e exige uma abordagem holística, envolvendo prevenção, intervenção e apoio contínuo. A colaboração com outros profissionais, autoridades e a comunidade em geral é essencial para criar um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento acadêmico e emocional dos alunos.

O papel da mídia: A mídia desempenha um papel crucial na sociedade ao informar o público sobre eventos significativos, incluindo ataques em escolas. A maneira como a mídia se comporta na divulgação de reportagens pode ter um impacto profundo na percepção pública, na comunidade envolvida e nas vítimas. A cobertura da mídia de eventos como ataques em escolas pode ser realizada de maneira ética, minimizando a notoriedade dada aos autores e reduzindo o risco de incentivo a comportamentos semelhantes.

A exposição detalhada de ataques realizados em ambientes escolares pode ter efeitos complexos e negativos, potencialmente contribuindo para o fenômeno conhecido como "contágio suicida" ou "contágio comportamental". Isso ocorre quando a cobertura detalhada de eventos trágicos, como ataques ou bullying, pode influenciar outras pessoas, especialmente estudantes, a replicarem esses comportamentos.

Pesquisadores alertam que a notoriedade conferida por parte da mídia pode ser um dos fatores que aceleram essa infecção contagiosa, uma vez que muitos dos atiradores buscam ser reconhecidos por suas ações. A notoriedade funciona aqui como um atrativo para potenciais novos autores, e como um "chamado à ação", convidando indivíduos que se identificam com o crime a realizarem atos de imitação. Por vezes a mídia trata o ocorrido de forma sensacionalista, exibindo e expondo de maneira desnecessária a dor e o sofrimento das vítimas e familiares. A cobertura midiática destes eventos deve seguir padrões éticos e não somente relacionados as formas de angariar maior audiência. Apresentamos alguns

mecanismos pelos quais isso pode ocorrer: 1. Modelagem Comportamental: A exposição a detalhes específicos de ataques pode fornecer um modelo para estudantes vulneráveis, mostrando-lhes como planejar e executar tais atos. 2. Busca de Reconhecimento: Alguns estudantes podem ver a atenção que os perpetradores de ataques recebem na mídia como uma forma de reconhecimento e notoriedade, o que pode despertar o desejo de buscar a mesma atenção. 3. Identificação com o Agressor: Estudantes que se identificam com os agressores em casos de ataques podem ser mais propensos a replicar esses comportamentos se perceberem esses atos como uma forma de expressar frustrações ou resolver problemas percebidos. 4. Sensação de Injustiça: A exposição detalhada de incidentes pode levar alguns estudantes a acreditar que esses atos são uma maneira eficaz de lidar com sentimentos de injustiça percebida ou de serem marginalizados. 5. Reforço Social: Se os perpetradores são retratados de maneira sensacionalista ou se recebem atenção significativa, isso pode reforçar a ideia de que tais comportamentos são uma maneira de ganhar poder, controle ou importância.

O papel da população: O enfrentamento da violência nas escolas é uma responsabilidade compartilhada que envolve a participação ativa da população e da comunidade. A promoção de uma cultura de respeito é um elemento essencial no enfrentamento da violência nas escolas. Essa abordagem visa criar um ambiente educacional onde todos os membros da comunidade escolar se sintam valorizados, respeitados e seguros. Algumas estratégias para promover uma cultura de respeito nas escolas podem ser desenvolvidas através de: 1. Programas de Educação em Valores: Implementar programas de educação em valores que enfatizem a importância do respeito, da empatia, da tolerância e da inclusão. Esses programas podem ser incorporados ao currículo escolar para atingir os alunos de maneira abrangente. 2. Campanhas de conscientização: Desenvolver uma campanha de conscientização contra a violência escolar requer uma abordagem estratégica e cuidadosa, mas é eficaz quando amplamente divulgada e com linguagem acessível e com canais de comunicação estabelecidos com clareza. Essas campanhas podem ainda instruir as pessoas a não repassarem boatos e mensagens de procedência desconhecida, pois isto não contribui com a proteção escolar e amplia a sensação de medo. 3. Atuar ativamente com estudantes para estimular a ampliação de rede e conexão emocional de alunos mais isolados e que se sintam empoderados para intervir (de forma segura) para proteger as vítimas de bullying. 4. Observar o comportamento de alunos, alunas e colegas com quem tem proximidade. Em caso de suspeita sobre planejamento de ato violento comunicar as

autoridades por meio do formulário (Escola Segura). Além disso, o governo deve orientar a população sobre o perigo do agressor Ativo e o que fazer em caso de ataque. Essa atitude poderá salvar muitas vidas inocentes.

A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO CONTINUADA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Capacitação do efetivo policial do Paraná: Em um primeiro momento, foi realizada a capacitação dos militares empregados no Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) através de instruções ministrada pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE), onde foram repassando aos policiais informações sobre medidas preventivas e ações reativas ao ataque de agressor ativo em ambientes confinados, com foco na escolar. Posteriormente, a transferência de conhecimento foi voltada aos profissionais do ambiente educacional.

A capacitação desses profissionais tem como objetivo preparar a comunidade escolar diante de possíveis situações de violência ou ameaças à segurança dentro das escolas bem como abordar de forma dinâmica e realista (com disparos de festim e AirSoft), os protocolos internacionais de enfrentamento de um agressor ativo (Corra – Esconda-se – Lute). A ação de capacitação desenvolvida especialmente pela Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) em conjunto com o Batalhão de Polícia de Operações Especiais (BOPE) visa a formação de monitores de segurança e oportunizam o desenvolvimento e o estabelecimento de protocolos de atuação mais eficientes e seguros. A capacitação é realizada no ambiente escolar que os professores e colaboradores trabalham e contam com exercícios simulados para estabelecer medidas e contramedidas de enfrentamento contra agressores ativos em ambiente escolar. Esse treinamento visa a capacitação dos profissionais a executarem determinados procedimentos em caso de ataques, visando principalmente a segurança dos alunos, professores e servidores da rede de ensino. Entre as aulas ministradas, os profissionais recebem instruções básicas sobre segurança escolar, atendimento pré-hospitalar de combate (ABH de combate) e técnicas de defesa pessoal. A capacitação tem por objetivo é preparar a comunidade escolar diante de possíveis situações de violência ou ameaças à segurança dentro das escolas. O treinamento de agressor ativo será adotado como protocolo tanto para a comunidade escolar, quanto para as forças de segurança do Paraná.

A importância da capacitação contínua para os policiais militares no contexto das mudanças nas dinâmicas de violência e abordagens pedagógicas ao longo do tempo é fundamental para garantir uma resposta eficaz e adaptativa às complexidades do ambiente

escolar. Aqui estão alguns pontos-chave para argumentar sobre essa importância: 1. Evolução das Dinâmicas de Violência: Ao longo do tempo, as dinâmicas de violência nas escolas têm evoluído, com novas formas de ameaças e agressões emergindo. A capacitação contínua permite que os policiais militares estejam atualizados sobre as tendências atuais de violência, possibilitando a adoção de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. 2. Compreensão das Mudanças nas Abordagens Pedagógicas: As abordagens pedagógicas nas escolas também passaram por transformações, com uma ênfase crescente em métodos mais inclusivos e preventivos. Os policiais militares precisam compreender essas mudanças para integrar-se efetivamente ao ambiente escolar, colaborando com educadores e outros profissionais no desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente seguro e saudável. 3. Desenvolvimento de Habilidades Específicas: A capacitação contínua permite o desenvolvimento de habilidades específicas necessárias para lidar com situações complexas nas escolas. Isso pode incluir aprimoramento de habilidades de comunicação, mediação de conflitos, abordagens não violentas e compreensão das necessidades emocionais e sociais dos estudantes. 4. Adaptação a Mudanças na Legislação e Políticas Educacionais: Mudanças na legislação e políticas educacionais podem impactar o papel dos policiais militares nas escolas. A capacitação contínua permite que esses profissionais estejam cientes das atualizações legais e estejam em conformidade com as políticas educacionais, contribuindo para uma atuação mais alinhada e efetiva. 5. Foco na Prevenção e Intervenção Proativa: A capacitação contínua capacita os policiais militares a adotarem uma abordagem mais preventiva em relação à violência nas escolas. Isso pode envolver a implementação de programas de conscientização, a promoção da resolução pacífica de conflitos e a identificação de fatores de risco antes que evoluam para situações mais graves. 6. Construção de Relacionamentos Positivos: O treinamento contínuo permite que os policiais militares construam e mantenham relacionamentos positivos com a comunidade escolar. Essa relação de confiança é essencial para criar um ambiente em que estudantes se sintam seguros ao relatar incidentes e buscar apoio quando necessário. 7. Respeito aos Direitos Humanos e Diversidade: A evolução das perspectivas sobre direitos humanos e diversidade exige que os policiais militares estejam bem informados e treinados para lidar com a diversidade cultural, étnica e social dentro das escolas. A capacitação contínua facilita a sensibilização e a competência cultural, garantindo abordagens justas e respeitosas.

Ao integrar esses elementos na argumentação, é possível destacar como a capacitação contínua dos policiais militares é crucial para enfrentar eficazmente a violência nas escolas,

promovendo um ambiente seguro e propício ao aprendizado. Contudo, ao lidar com a violência nas escolas, os policiais militares podem enfrentar diversos desafios específicos devido à natureza sensível do ambiente escolar. Esses desafios incluem: 1. Sensibilidade ao Ambiente Escolar: Escolas são ambientes sensíveis, onde o respeito aos direitos e à privacidade dos estudantes é crucial. Os policiais militares precisam abordar situações de maneira cuidadosa para garantir que suas ações não comprometam o ambiente educacional e o bem-estar emocional dos alunos. 2. Construção de Relacionamentos Positivos: A construção de relacionamentos positivos com os alunos, professores e funcionários é essencial. O desafio reside em superar possíveis estereótipos negativos associados à presença policial, garantindo que os estudantes se sintam seguros ao relatar incidentes e buscar ajuda. 3. Diferença entre Papéis Educacionais e de Polícia: É importante para os policiais militares compreenderem e respeitarem a diferença entre seus papéis como profissionais de segurança e os educadores que são responsáveis pela instrução e formação dos alunos. Essa distinção pode ser desafiadora, especialmente quando a intervenção é necessária. 4. Colaboração com Profissionais da Educação: Colaborar com professores, conselheiros escolares e outros profissionais da educação exige habilidades de comunicação e trabalho em equipe. Os policiais militares devem superar possíveis barreiras de comunicação e construir parcerias eficazes para lidar com a violência nas escolas de maneira coordenada. 5. Entendimento das Dinâmicas Escolares: Os policiais militares precisam entender as dinâmicas específicas de cada escola, incluindo as relações entre alunos, os desafios enfrentados pelos professores e as características socioeconômicas da comunidade. Isso é vital para adaptar suas abordagens de maneira eficaz. 6. Prevenção e Intervenção Proporcionais: Encontrar o equilíbrio certo entre medidas preventivas e intervenções proporcionais pode ser desafiador. A abordagem excessivamente punitiva pode prejudicar o ambiente escolar, enquanto a falta de ação pode comprometer a segurança dos alunos. 7. Consciência Cultural e Sensibilidade: Escolas muitas vezes abrigam uma diversidade de culturas e backgrounds. Os policiais militares precisam ser culturalmente conscientes e sensíveis para lidar adequadamente com situações, evitando estigmatização e mal-entendidos. 8. Respeito aos Direitos dos Estudantes: O respeito aos direitos dos estudantes, incluindo os direitos civis e de privacidade, é fundamental. Garantir que as ações dos policiais militares estejam em conformidade com esses direitos é um desafio constante.

Ao enfrentar esses desafios, é essencial que os policiais militares recebam treinamento contínuo específico para o ambiente escolar, incluindo a compreensão das

melhores práticas de intervenção, habilidades de comunicação eficazes e sensibilidade às necessidades dos estudantes. Essa abordagem contribuirá para a construção de uma relação de confiança e para a promoção de um ambiente escolar seguro e saudável.

Para tanto, as habilidades sociais e emocionais desempenham um papel crucial na interação do policial militar com estudantes, professores e pais, contribuindo para o estabelecimento de relações positivas, confiança e eficácia no ambiente escolar. Aqui estão alguns aspectos importantes a serem destacados: 1. Construção de Relacionamentos Positivos: Habilidades sociais e emocionais são fundamentais para construir relacionamentos positivos e saudáveis com estudantes, professores e pais. Essas habilidades facilitam a criação de uma atmosfera de confiança e respeito mútuo, essenciais para a eficácia das ações do policial militar. 2. Compreensão Empática: A empatia é uma habilidade essencial para entender as experiências e perspectivas dos outros. Um policial militar empático pode melhor compreender as preocupações dos estudantes, lidar com situações delicadas de forma mais eficaz e promover um ambiente escolar mais seguro. 3. Comunicação Eficaz: Habilidades sociais são cruciais para uma comunicação eficaz. O policial militar precisa ser capaz de se expressar de maneira clara e compreensível, ouvir atentamente as preocupações dos outros e adaptar sua comunicação conforme a situação. 4. Mediação de Conflitos: Conflitos podem surgir em ambientes escolares, e as habilidades sociais e emocionais são essenciais para mediar essas situações. O policial militar pode desempenhar um papel construtivo na resolução pacífica de conflitos, promovendo a compreensão mútua e evitando escaladas desnecessárias. 5. Sensibilidade Cultural e Diversidade: A sensibilidade cultural e a consciência da diversidade são aspectos críticos das habilidades sociais. Ao reconhecer e respeitar as diferenças culturais e individuais, o policial militar pode estabelecer conexões mais significativas com estudantes de diversos backgrounds, promovendo um ambiente inclusivo. 6. Gestão do Estresse e Autocontrole: A natureza do trabalho policial pode ser estressante, e as habilidades emocionais são essenciais para lidar com o estresse de forma construtiva. O policial militar que demonstra autocontrole inspira confiança na comunidade escolar, ajudando a manter um ambiente calmo e seguro. 7. Educação em Saúde Mental: Habilidades emocionais são valiosas ao lidar com questões relacionadas à saúde mental. O policial militar pode desempenhar um papel educativo, promovendo a conscientização sobre a importância da saúde mental e fornecendo apoio apropriado quando necessário. 8. Colaboração Interdisciplinar: Colaborar eficazmente com educadores, conselheiros escolares e outros profissionais requer habilidades sociais e

emocionais. O trabalho conjunto para abordar questões complexas, como a violência nas escolas, é mais eficaz quando baseado em relações colaborativas e respeitadas.

Ao destacar a importância dessas habilidades, é possível enfatizar como um policial militar bem treinado não apenas cumpre seu papel de garantir a segurança, mas também contribui para um ambiente escolar positivo, colaborativo e favorável ao desenvolvimento saudável dos estudantes. Isso promove uma abordagem holística para enfrentar desafios relacionados à violência nas escolas.

Outra questão a ser destacada é a presença de policiais militares em ambientes escolares, o que levanta diversas questões éticas que requerem consideração cuidadosa. Além disso, é fundamental garantir que as intervenções sejam realizadas respeitando os direitos humanos. Aqui estão alguns pontos a serem abordados: 1. Segurança vs. Atmosfera Educacional: A presença de policiais militares pode ser percebida como uma medida de segurança, mas há uma preocupação ética sobre como isso pode afetar a atmosfera educacional. É importante equilibrar a necessidade de segurança com a promoção de um ambiente educacional acolhedor e não intimidador. 2. Potencial Estigmatização: A presença constante de policiais militares pode estigmatizar certos grupos de estudantes, especialmente aqueles que historicamente têm experienciado desconfiança ou discriminação por parte das autoridades. Isso levanta preocupações éticas sobre o impacto psicológico e emocional dos estudantes. 3. Risco de Criminalização dos Estudantes: A intervenção policial nas escolas pode resultar na criminalização de comportamentos juvenis. Questões éticas surgem quando a abordagem policial não leva em consideração a idade, o desenvolvimento cognitivo e a capacidade dos estudantes de aprender com seus erros. 4. Treinamento Sensível e Culturalmente Competente: É ético garantir que os policiais militares que atuam em escolas recebam treinamento sensível e culturalmente competente. Isso inclui a compreensão das dinâmicas escolares, diversidade cultural e questões específicas que podem surgir em um ambiente educacional. 5. Respeito aos Direitos Individuais: Todas as intervenções devem ser conduzidas com respeito aos direitos individuais dos estudantes. Isso inclui o direito à privacidade, à liberdade de expressão e a proteções contra buscas e apreensões injustificadas, conforme garantidos por leis e regulamentações. 6. Participação dos Pais e Responsáveis: A participação ativa dos pais e responsáveis na definição de políticas e na tomada de decisões relacionadas à presença de policiais militares é ética. Garantir que as comunidades escolares tenham voz nessas decisões é fundamental para respeitar a diversidade de perspectivas. 7. Transparência e Prestação de Contas: Ética exige

transparência e prestação de contas. As comunidades escolares devem ser informadas sobre a presença e as atividades dos policiais militares, garantindo que haja responsabilidade por suas ações e decisões. 8. Alternativas à Abordagem Punitiva: A ética sugere a exploração de alternativas à abordagem punitiva. A implementação de programas preventivos, educativos e de mediação de conflitos pode ser mais eficaz do que uma resposta exclusivamente policial, promovendo um ambiente escolar mais positivo. 9. Respeito à Diversidade de Opiniões: A diversidade de opiniões sobre a presença de policiais militares em escolas deve ser respeitada e considerada no processo de tomada de decisões. Isso inclui ouvir as preocupações de estudantes, professores, pais e membros da comunidade.

Ao abordar essas questões éticas, é possível criar uma base para a implementação de práticas que promovam a segurança, respeitem os direitos humanos e mantenham um ambiente educacional saudável e inclusivo. A reflexão contínua sobre essas questões é essencial para garantir que a presença de policiais militares nas escolas seja guiada por princípios éticos sólidos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para preparar este estudo, fontes primárias e secundárias foram revisadas, incluindo documentos oficiais: leis, políticas públicas, programas e estatísticas.

Em termos metodológicos, a pesquisa possui natureza básica, abordagem qualitativa e utilização de revisão documental e bibliográfica integrativa como ferramenta de análise. Segundo Vergara (2000) "Pesquisa básica: é aquela que tem por objetivo aumentar o conhecimento fundamental, sem preocupações imediatas com aplicações práticas." Em relação a sua natureza, essa pesquisa tem natureza exploratória. Uma abordagem comum é classificar a pesquisa de acordo com seus objetivos. Segundo Gil (2002), "a pesquisa pode ser classificada em exploratória, descritiva e explicativa, dependendo dos objetivos do estudo".

A abordagem qualitativa refere-se a uma metodologia de pesquisa que busca compreender, interpretar e explorar fenômenos complexos em seu contexto natural. Diferentemente da abordagem quantitativa, que se concentra em dados mensuráveis e estatísticas, a abordagem qualitativa procura capturar a riqueza e a profundidade dos significados, percepções e experiências humanas. Segundo Creswell (2009), "A pesquisa qualitativa é uma abordagem exploratória e interpretativa que investiga contextos sociais, culturais e humanos complexos."

Finalmente, a revisão bibliográfica e documental pode ser realizada por meio de diferentes abordagens, destacando-se a integração de conhecimentos. Nesse contexto, a convergência entre o discurso teórico e o discurso jurídico emerge como um elemento crucial para a aprimorada verificação das práticas em questão

5 CONCLUSÃO

Em um panorama marcado pela preocupação crescente com a violência nas escolas, este artigo científico explorou profundamente a complexidade dessas especificações e destacou a importância de uma abordagem colaborativa e multifacetada para seu enfrentamento. Ao analisar o papel das forças de segurança, do governo, dos professores e da população em geral, torna-se evidente que a mitigação efetiva da violência escolar exige uma aliança entre diversos setores da sociedade. As aparências da violência escolar representam uma ameaça significativa ao ambiente educacional e, conseqüentemente, à formação integral dos estudantes. Neste artigo, exploramos a complexidade desse desafio, examinando não apenas suas manifestações, mas também as estratégias e atores-chave necessários para enfrentar e mitigar esse problema. Ficou evidente ao longo da análise que uma resposta eficaz à violência escolar requer uma abordagem multifacetada, envolvendo a colaboração coordenada de forças de segurança, instâncias governamentais, professores e a comunidade em geral.

457

As forças de segurança emergem como protagonistas cruciais nesse cenário, sendo responsáveis não apenas pela resposta a incidentes, mas também pela implementação de estratégias proativas de prevenção. A eficácia entre essas forças, o corpo docente, o governo e a comunidade é um componente-chave para o sucesso de iniciativas preventivas e para a construção de ambientes educacionais seguros. A atuação das forças de segurança desempenha um papel crucial na resposta imediata a incidentes violentos, garantindo a segurança física dos estudantes e da comunidade escolar. No entanto, para uma abordagem holística, é fundamental que essas forças incluídas nas iniciativas preventivas e programas de inteligência que visem identificar e abordar precocemente os fatores de risco. O papel do governo também se destaca, não apenas na alocação de recursos para medidas de segurança, mas, igualmente importante, na formulação e implementação de políticas públicas que abordem as raízes estruturais da violência escolar. Investir em educação, programas de prevenção, apoio psicossocial e capacitação de professores são elementos-chave para criar ambientes educacionais mais seguros e saudáveis. Os professores, como agentes diretamente

envolvidos no cotidiano escolar, desempenham um papel fundamental na prevenção da violência. A capacitação para confiança em sinais precoces, promover a resolução de conflitos e criar ambientes inclusivos são elementos centrais dessa contribuição. Além disso, a construção de relações positivas e de confiança com os alunos pode ser um fator de proteção crucial.

A capacitação continuada das forças de segurança para o enfrentamento de ataques violentos em escolas é um aspecto crítico para garantir respostas rápidas, coordenadas e específicas diante de situações de emergência. A capacitação periódica e continuada das forças de segurança, replicada aos professores, é uma estratégia fundamental para fortalecer a segurança nas escolas e preparar toda a comunidade educacional para responder eficazmente a possíveis ameaças.

Por fim, a participação ativa da população é essencial para criar uma cultura de repúdio à violência escolar. Conscientizar a comunidade sobre a gravidade do problema, promover a denúncia responsável e promover a solidariedade são alicerces para a construção de uma sociedade comprometida com a segurança e o bem-estar de seus membros mais jovens.

Em resumo, o enfrentamento e a mitigação da violência nas escolas exigem uma abordagem colaborativa e integrada, onde forças de segurança, governo, professores e a população atuam em conjunto. Somente por meio dessa cooperação efetiva poderemos criar ambientes escolares seguros, promover o desenvolvimento saudável dos estudantes e construir uma sociedade mais justa e resiliente.

458

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paulo A. MACTAC Multi-Assault Counter-terrorist Action Capabilities (Capacidade de Resposta Contra-terrorista Frente a Múltiplos Ataques). Força Policial, São Paulo, p. 13, 2018.

BLAIR, J., & Schweit, K. (2014). A Study of Active Shooter Incidents in the United States Between 2000 and 2013. FBI. Retrieved from <https://www.fbi.gov/file-repository/active-shooter-study-2000-2013-1.pdf/view>

BLAIR, J. Pete, and SCHWEIT, Katherine W. (2014). A Study of Active Shooter Incidents, 2000 - 2013. Texas State University and Federal Bureau of Investigation, U.S. Department of Justice, Washington D.C. 2014.

BOEHM, Camila. 2020. ESTUDO MOSTRA PRESENÇA DE ARMAS DE FOGO EM ESCOLAS DA AMÉRICA LATINA. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/agencia-brasil-estudo-mostra-presenca-de-armas-de-fogo-em-escolas-da-america-latina/>. Acesso em 08 out. 2023

BRASIL. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm>. Acesso em: 12 out. 2023

BRIGGS, T.W.; Kennedy, W.G. (2016). Active shooter: an agent-based model of unarmed resistance. Winter Simulation Conference, <https://doi.org/10.1109/WSC.2016.7822381> [online: accessed 25-may-2020].

CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches. California: Sage, 2003.

ESTADOS UNIDOS. Active Shooter- Pocket Card 508. Washington, Department of Homeland Security, 2015.

ESTADOS UNIDOS. National Incident Management System-NIMS. 3ª. Ed. Washington:Federal Emergency Management Agency, 2017.

FANTE, C. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. Ed. Campinas: Veros, 2005

FERNANDES, A. (2023). Atentados em escolas no Brasil: Pistas nacionais e internacionais sobre como evitá-los. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/atentados-em-escolas-no-brasil-pistas-nacionais-e-internacionais-sobre-como-evita-los/>

GARCIA, C. & Vinha, T. (2023) Ataques de violência extrema em escolas do Brasil (UNICAMP)

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Ricardo Rosado. 2023. Os fatores que contribuem para ataques em escolas, segundo especialistas. Disponível em : <https://fatorrrh.com.br/2023/04/07/os-fatores-que-contribuem-para-ataques>. Acesso em 10 out. 2023

INSTITUTO sou da paz. 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/gi-brasil-registrou-12-ataques-em-escolas-nos-ultimos-20-anos-aponta-levantamento/>. Acesso em 07 out 2023

INSTITUTO sou da paz. 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/control-de-armas/as-armas-do-crime/?show=documentos#9574-1>. Acesso em 07 out 2023

LANKFORD, A. (2012). A Comparative Analysis of Suicide Terrorists and Rampage, Workplace, and School Shooters in the United States From 1990 to 2010. Homicide Studies, 17(3), 255-274. <https://doi.org/10.1177/1088767912462033>

MONTEIRO, Roberto C. et al. Gerenciamento de crises. 7ª ed. Brasília: Departamento de Polícia Federal, 2008. Apostila.

OCP News. 2023. Disponível em: <https://ocp.news/seguranca/video-autor-de-ataque-a-creche-em-blumenau-escolheu-criancas-porque-correm-mais-devagar>. Acesso em 01 out. 2023

OLWEUS, D. 1993. Bullying at school: What we know and what we can do. London, Lackwell, 140 p.

PASSOS, Letícia. Pesquisa mostra que 86% dos brasileiros têm algum transtorno mental. VEJA, São Paulo, 2019. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/saude/pesquisa-indica-que-86-dos-brasileiros-temalgum-transtorno-mental/> > Acesso em: 10 set. 2019.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz do Comando-Geral nº 005, de 21 de novembro de 2011. Gerenciamento de crises na PMPR. Curitiba: PMPR, 2011.

RACORTI, V. S.; LIMA, V. de. 2022 Ameaças de chacinas em escolas: o que fazer? Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2022/02/27/ameacas-de-chacinas-em-escolas-o-que-fazer/>. Acesso em: 11 set. 2023.

RACORTI, V. S., Andrade, A. E.R. (2023). Ataques Ativos: Análise do fenômeno e propostas de atuação em amplo espectro. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/2023/04/07/ataques-ativos-analise-do-fenomeno-e-propostas-de-atuacao-em-amplo-espectro/>

460

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 524.

RAMOS. Eduarda. 2022. Disponível em: <https://lunetas.com.br/massacres-em-escolas-cultura-de-violencia/>. Acesso em 02 out 2023

SILVA, Marco, A. Primeira intervenção em crises policiais – teoria e prática. 2ª ed. Curitiba: AVM, 2016.

UNESCO. Resposta do Setor de Educação ao bullying homofóbico. Brasília: UNESCO, 2013.

U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY (DHS). Active shooter: How to Respond. Washington, DC: DHS, 2008.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

TOWERS, Sherry et al.. Contagion in Mass Killings and School Shootings. PLoS ONE, v.10, n.7. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0117259>. TRAQUINA, Nelson. Jornalismo. Lisboa: Quimera, 2002.

TTrucco, D. e Inostrosa, P. (2017). A violência no ambiente escolar. CEPAL-UNICEF. Nações Unidas.